

Mudanças no Plano de carreira

Economia chega a R\$ 49 mil por mês

LEVANTAMENTO
sobre o impacto financeiro das medidas de correção chegou à Câmara Municipal

MÁRCIO REINHIMER
marcio@redacaoibia.br

O projeto de lei que promove alterações no plano de carreira dos servidores públicos municipais, instituído em dezembro de 2015, pode ir finalmente à votação. O texto está na Câmara de Vereadores há exatamente um ano e sua apreciação dependia de um estudo de impacto para medir o alcance das modificações propostas. O legislativo queria saber o tamanho da economia que seria alcançada em caso de aprovação. O levantamento finalmente foi entregue pelo Executivo.

De acordo com o diretor de processamento da Folha de Pagamento da Prefeitura, Antônio Rogério Willers, se as alterações tivessem sido implantadas em janeiro do ano passado, o Município teria economizado aproximadamente R\$ 880 mil até agora. A média, portanto, é

O que muda se o projeto for aprovado?

De acordo com o projeto de lei, as diferenças que serão corrigidas na lei do novo Plano de Carreira, implantada em 2015, estão nos arranjos salariais decorrentes dos cursos de qualificação dos servidores, nos níveis de alguns Cargos de Confiança – que serão instituídos – e na distribuição dos valores de certas FGs (funções gratificadas). Aqueles que já foram contemplados não perderão nada, mas os avanços futuros terão de ser conquistados nos novos ritmos, caso eles sejam aprovados. Confira as principais mudanças:

1 - Atualização da antiguidade – pela legislação em vigor desde 2015, se um funcionário público com 20 anos de Prefeitura é aprovado em novo concurso para outro cargo, ele incorpora todos os arranjos salariais obtidos através do tempo de serviço (inclusive, por exemplo) no vencimento que passa a receber. Pela nova redação, o reajuste para obter as vantagens começa do zero.

2 - Redução da quantidade de classes funcionais de nível para oito – pela lei em vigor atualmente, os avanços salariais se dão, pela última vez, aos 35 anos de serviço. O projeto de lei reduz esse limite para 30 anos, antecipando em 15%, ao fim da carreira, os ganhos decorrentes das progressões.

3 - Com a nova lei, as progressões salariais por formação incluem apenas cursos de instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação

4 - Chefe de gabinete, procurador geral do Município e gerente de contratos voltarão a receber os mesmos salários dos secretários municipais. Apenas com essa medida, são economizados em torno de R\$ 8.000,00 por mês.

5 - As FGs, gratificações concedidas a servidores pelo exercício de funções de chefe, cobradas sobre os salários básicos de cada categoria, serão os mesmos dos detentores de Cargo em Comissão, sendo reduzido de até 30%.

6 - Também serão reduzidos as gratificações de atividade de inativo (de 130% para 100%), de gestor do Fundo de Previdência dos Servidores (de 210% para 150%) e do servidor responsável pela Unidade Municipal de Cadastro (de 60% para 50%). Esses valores são calculados sobre o salário básico da categoria do funcionário que exerce a atividade.

7 - O adicional pelo desempenho de atividade perigosa pago aos integrantes da Guarda Municipal será reduzido de 110% para 100% do padrão referencial de cada categoria.

8 - O adicional pelo desempenho de atividade perigosa pago aos servidores que exercem suas funções na Post-graduação Modalidade de Pesquisa será reduzido de 150% para 100% do padrão referencial de cada categoria. Em geral, são funcionários da área de saúde que prestam atendimento aos apenados, através de programas que visam reduzir seu tempo de carências externas, como hospitais.

Antes da implantação, a Administração Municipal apresentou estudos indicando que as mudanças apresentariam um aumento de apenas R\$ 300 mil nas despesas com pessoal. Contudo, o impacto financeiro rapidamente atingiu em torno de R\$ 1,6 milhão por mês.

de informação, Willers admite que, apesar da larga experiência na área em que atua, não possui formação para desenvolver um trabalho com maior precisão. "Para chegar a um valor real, o Município deveria contratar uma empresa especializada. Acreditamos, porém, que a diferença não será significativa", explica.

Na época em que o novo plano de carreira tramitava

garantiram que as mudanças causariam um impacto pequeno nas despesas com pessoal: em torno de R\$ 300 mil por mês. Contudo, na prática, o impacto alcançou R\$ 1,6 milhão.

Apesar da constatação ter sido imediata, somente em julho do ano passado, 31 meses depois, a Administração Municipal encaminhou à Câmara um projeto com o objetivo de impedir que

da receita do Município, continuasse sangrando os cofres públicos. E quando isso ocorreu, a Câmara de Vereadores se negou a votá-lo sem antes conhecer a dimensão da economia que seria alcançada.

Quando o projeto foi entregue ao Legislativo, o prefeito Kadu Müller ressaltou que a legislação o impede mexer os ganhos que os servidores já obtiveram, mas

os avanços e benefícios. Em linhas gerais, o novo texto modifica as regras dos avanços salariais decorrentes dos cursos de qualificação dos servidores, os salários de alguns Cargos de Confiança (CCs) – que serão reduzidos – e prevê a diminuição dos valores de certas FGs (funções gratificadas). "Aqueles que já foram contemplados não perderão nada, mas os avanços futu-

o profício. Com a entrega das informações solicitadas, o projeto volta a tramitar. Na próxima terça-feira, durante a reunião da Comissão Geral de Paremces, os vereadores irão ouvir o diretor Rogério Willers, representantes da Secretaria da Fazenda, da Procuradoria Geral do Município e do Sindicato dos Municipários. Se todas as dúvidas forem esclarecidas,